

**Presidente**  
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy  
Paulo Roberto Ferreira Levy  
Luiz Fernando Cirne Lima

# GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 9 de setembro, e fim de semana, 10 e 11 de setembro de 1994

**DIRETORIA**  
**Diretor-Presidente**  
Luiz Fernando Ferreira Levy  
**Diretores Executivos**  
Dirceu Brisola  
Luiz Augusto de Castro  
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Apesar de o Brasil ter sido incluído entre os países mais competitivos do mundo pelo Fórum Econômico Mundial, da Suíça, causa espanto aos analistas nacionais a classificação do País no 38º lugar, atrás de quatro outros de seus vizinhos latino-americanos. Sem menoscabar os avanços obtidos por outras nações do continente, que se encontram entre os nossos principais parceiros, a posição do País nesse "ranking" parece estranha, tendo em vista o grau bastante avançado de seu desenvolvimento industrial.

Ocorre que, como informa o noticiário, os autores do Relatório sobre Competitividade 1994 levaram em conta um feixe de critérios, abrangendo tópicos como vigor econômico nacional, governo, internacionalização, finanças, infra-estrutura, administração empresarial, além de ciência e tecnologia e recursos humanos. E a competitividade do Brasil, segundo o documento, tem sido mais prejudicada exatamente pela instabilidade política dos últimos anos.

Essa observação deve ser analisada sob dois ângulos. Em primeiro lugar, não nos parece que a instabilidade a que se refere o Fórum diga respeito à evolução político-institucional.

## Base da competitividade

Mesmo a distância, os autores do documento devem ter a visão de que a democracia brasileira tem mostrado uma capacidade até mesmo notável para resistir às crises a que tem sido submetida. Basta lembrar o processo de "impeachment" do ex-presidente Collor e a CPI do Orçamento para constatar que as instituições no País são bem mais fortes do que se supunha. Além disso, o Brasil livrou-se definitivamente de sistemas eleitorais viciados e, como a experiência já comprovou, está plenamente apto para realizar pleitos livres e limpos, como será o de outubro.

Assim, parece mais provável que os integrantes do Fórum vejam a instabilidade como resultante das freqüentes alterações na equipe de governo que afetam o desenvolvimento econômico. Em nosso entender, seria mais correto ou preciso dizer que o País não tem ainda um projeto nacional perfeitamente definido, o qual apenas agora começa a ser desenhado.

Nesse sentido, podemos admitir que as condições de estabilidade política aqui são menos evidentes do que em outros países, que já concluíram reformas estruturais de profundidade. Convém, todavia, atentar para o fato de que a execução do Plano Real, com a perspectiva de manter a inflação sob controle, é mais do que uma "ligeira" melhora, como declara o Relatório. Como se viu na recente substituição do titular da Fazenda, as alterações na cúpula do governo não implicam agora desvio da direção da política econômica, que terá continuidade, sem traumas ou choques, como assegurou o ministro Ciro Gomes.

O Plano Real teve outro efeito ainda mais apreciável. Como em todos os países democráticos, não faltam incidentes e controvérsias à campanha eleitoral ora em curso. Mas é perfeitamente visível, embora os partidos façam reservas ao atual programa de estabilização, a existência de uma concordância bá-

sica entre os candidatos aos postos de maior relevo quanto à necessidade de manter a moeda estável como forma de impulsionar e dar sustentação a um período de desenvolvimento econômico mais acelerado.

Há também a consciência de que, para atingir os seus objetivos sociais, esse novo ciclo de desenvolvimento pressupõe a realização de reformas, especialmente no campo fiscal-tributário, na Previdência Social, nos dispositivos relativos ao capital externo, além de se dar continuidade ao programa de privatização, hoje já admitido, em graus variáveis, até mesmo pelos seus mais ferrenhos adversários de alguns anos atrás.

Não seríamos otimistas demais ao afirmar, em vista disso, que é a estrutura político-institucional que constitui o fundamento para o salto histórico que dará o País. Em pleno regime democrático, dispondo de uma sólida plataforma industrial, recursos humanos, um amplo mercado e estando hoje em uma posição cambial invejável, o Brasil tem tudo para avançar em competitividade no futuro próximo, sob o signo de uma moeda mantida estável. A percepção internacional da realidade brasileira será então muito diferente.